



capes

COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

presidência - Raimundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, Ministro da Educação e Cultura.

conselho deliberativo - Ester Figueiredo Ferraz (diretora do Ensino Superior), Antônio Moreira Couceiro (presidente do C.N.Pq.), Amadeu Cury, Carlos Alberto Del Castillo, Oswaldo Gonçalves de Lima, Metry Bacila, Frederico G. Brieger, Pedro Paulo Penido, Francisco Vítor Rodrigues.

diretoria-executiva - Gastão Dias Velloso.

planejamento de educação

Paulo Novaes

Quem atua, de modo mais decisivo, no planejamento da educação? cada indivíduo, com a liberdade que tem de escolher a sua? cada família, no exercício do direito de orientar a dos filhos? ou o Govêrno, no cumprimento da obrigação de prover a de todos?

Na realidade, os três níveis de decisão permanecem, sempre, em maior ou menor grau, mas a decisão do Govêrno tende a ser a mais importante, diríamos mesmo, fundamental, pois o conteúdo e os instrumentos da educação dependem, cada vez mais, de decisões governamentais.

Enquanto essas decisões eram produto de consenso geral, motivadas pela tradição e pela imitação, não ofereciam maiores problemas. A situação atual, porém, se apresenta com características diferentes. A educação deixa de ser, essencialmente, um fator de estabilidade, de consolidação, para se revelar um instrumento de evolução, um fator de transformação.

Daí a necessidade de planejamento, que pode conter diversas motivações, tais como dar a êsse instrumento um máximo de eficiência na sua capacidade de transformação da sociedade, ou, por outro lado, canalizar êsse poder de transformação para objetivos determinados, freando as iniciativas discordantes.

Seja qual fôr o objetivo, qualquer planejamento de educação deve principiar por considerações demográficas. Sôbre

que contingentes populacionais ela se aplica? em que época? em que condições?

Para êsses contingentes populacionais é necessário prever os tipos ou modalidades de educação que vão ser adotados, e os recursos indispensáveis: prédios, instalações, professores, etc.

Embora simples, é um cálculo trabalhoso. Tomando, por exemplo, o método recomendado pela Conferência UNESCO-CEAED (Bangkok, 1965), verificamos que é preciso usar 15 fórmulas, tôdas extremamente simples, mas que exigem, pelo menos, uma operação aritmética. O cálculo para uma região compreendendo 700 unidades administrativas, municípios, por exemplo, e considerando um sistema escolar com 18 anos de estudos e 15 variedades de ensino, poderia exigir aproximadamente 15.000 cálculos para o exame de cada hipótese de planejamento. Feito a mão, o trabalho exigiria, pelo menos, 500 horas-homem de trabalho, se contarmos 2 minutos para cada cálculo.

Hoje, porém, é possível mecanizar o cálculo. A UNESCO fornece, já preparado, um programa de computação eletrônica para êsse modelo, programa que permite resultados para estudos, em poucas horas.

É, portanto, possível ter êsse tipo de planejamento com relativa facilidade, e acreditamos que as nossas Secretarias de Educação estejam capacitadas para fazê-lo. A sua adoção geral é uma questão de tempo, e de haver pessoal preparado para isso.

O grande problema, e que ainda está em discussão, não é êsse, porém. É o problema de como relacionar as atividades educacionais com o desenvolvimento econômico e social.

Se houvesse à nossa disposição um "projeto" completo da sociedade futura, que nos dissesse o que cada pessoa vai fazer num dado ano, que posição ocupará na sociedade, e como vai funcionar essa sociedade, então seria possível prever a educação conveniente para essa pessoa, dentro de limites razoáveis.

Para conceber êsse "projeto" podemos seguir vários caminhos. O primeiro é o de imaginar o futuro como uma repetição ampliada do passado. Mas o que o planejador deseja é, justamente, que o futuro não seja uma repetição do passado.

A projeção pode apenas servir para mostrar o que é preciso evitar.

O segundo caminho é o da imitação. Procura-se, nas sociedades existentes, um modelo que nos agrada, e copia-se o seu comportamento, na medida do possível, com a esperança de chegar aos mesmos resultados. Como não é possível uma identificação total com o modelo desejado, por falta principalmente dos meios de que o modelo dispõe, tenta-se descobrir os motivos, as causas, das diferenças básicas.

Dêsse caminho resultam os planejamentos setoriais, que se ocupam do que consideram fatores essenciais de transformação. O tipo mais vulgar de planejamento, nessa linha de pensamento, é o dos economistas. Generalizou-se êle de tal forma nos últimos 20 anos, que passou a ser "o planejamento".

No entanto, verificou-se que os fatores considerados pelos economistas nos seus trabalhos iniciais eram insuficientes para conseguir os resultados desejados. Aparece então a hipótese de que o fator humano deveria ser a chave do problema.

Passaram então os planejadores a tentar incluir o fator humano nos seus esquemas econômicos. Infelizmente, o problema revelou-se muito mais difícil do que a princípio parecia, pois surgiu um grave dilema. Ou se considera o fator humano um "complemento" do desenvolvimento econômico, e nesse caso êle entra no processo na medida e nas condições em que o esquema econômico o exige, ou se faz dêle o próprio objeto do desenvolvimento, e nesse caso o esquema econômico, tal como originalmente concebido, já não serve.

Para os educadores, não temos dúvida, a segunda solução do dilema é a única aceitável. Mas a solução implica em criar tôda uma metodologia que hoje está apenas esboçada. É tarefa que exigirá grande esforço de todos os interessados, e na qual os educadores devem desempenhar um papel fundamental.

O apêlo que daqui fazemos é para que em nossos Centros de Pesquisas Educacionais, Universidades e Departamentos de Educação, se dedique uma atenção crescente ao problema.

É um estudo, evidentemente, interdisciplinar, mas às entidades de educação cabe o dever de liderança, a que não podem fugir.

estudos e atividades da CAPES

panorama do ensino superior no país

De acôrdo com os dados existentes na CAPES estavam funcionando, até 30 de setembro deste ano, em todo País, 618 unidades escolares, de ensino superior.

Verifica-se que o maior número de unidades escolares é de Filosofia, Ciências e Letras, o qual atinge a 96, logo seguido pelos de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais; 74 unidades, Direito, 72; Engenharia, 45, e Medicina, 39.

O Estado que conta com o maior número de estabelecimentos de ensino superior é São Paulo, com 137 unidades escolares, seguido pelo Rio Grande do Sul com 78, Minas Gerais 72, Guanabara 60, Pernambuco 34.

Com exceção do Acre, todos os Estados têm estabelecimentos de ensino superior. Os que possuem menos são Piauí e Mato Grosso, com 3 cada um.

Em dezembro de 1965 estavam em funcionamento 588 unidades escolares. Houve, portanto, em 1966, um aumento de 29 unidades escolares.

Dessas 618 unidades escolares, 345 integram as 41 Universidades e 273 são isoladas. Quanto à sua manutenção, 213 são federais, 84 estaduais, 21 municipais e 300 particulares. Dentre essas últimas figuram as mantidas por Fundações como a de Brasília, Amazonas, Maranhão para as quais a União contribui com a quase totalidade da respectiva receita.

Os quadros, a seguir, mostram a distribuição, em todo o País, segundo as faixas específicas e dependências administrativas e pedagógicas.

1. DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO OS RAMOS DE ENSINO E OS ESTADOS

RAMOS DE ENSINO	BRASIL	AM	PA	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	GB	SP	PR	SC	RS	MT	GO	DF
TOTAL	618	7	16	7	3	18	11	17	31	7	6	34	72	11	21	60	137	35	12	78	3	17	15
Administração	11	—	1	—	—	1	—	—	1	—	—	1	1	—	—	2	2	—	1	—	—	—	1
Agrimensura	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Agronomia	15	—	1	—	—	1	—	1	1	—	—	2	2	—	1	—	1	1	—	3	—	1	—
Arquitetura	10	—	1	—	—	1	—	—	1	—	—	1	1	—	—	1	2	—	1	—	—	—	1
Belas Artes	20	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	2	1	—	2	4	—	—	6	—	2	1
Biblioteconomia	14	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	2	1	—	1	2	3	1	—	1	—	—	1
Ciências Biológicas	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Ciências Domésticas	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—
Ciências Econômicas	74	1	1	1	—	2	2	2	2	1	1	2	7	1	1	6	21	5	3	12	—	2	1
Cinema	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Dança	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Desenho Industrial	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Diplomacia	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Direito	72	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	3	10	3	4	6	16	5	1	8	1	2	1
Educação Física	10	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	1	—	1	3	1	—	1	—	1	—
Enfermagem	38	1	1	1	—	1	—	2	2	—	—	1	6	—	1	5	11	1	—	4	—	1	—
Engenharia	45	1	1	—	—	1	1	2	2	1	—	1	9	1	2	4	9	2	2	4	—	1	1
Estatística	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Farmácia	24	1	1	1	—	1	1	1	1	—	—	1	4	—	1	1	3	2	1	2	1	1	—
Filosofia, Ciências e Letras	96	1	1	1	1	4	1	3	4	1	1	3	12	1	3	6	24	8	1	15	1	3	1
Geologia	6	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	1
Jornalismo	4	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	1
Medicina	39	—	1	1	—	1	1	1	2	1	1	2	4	1	1	4	7	2	1	6	—	1	1
Museologia	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Música	31	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	2	3	—	1	5	12	3	—	3	—	1	1
Nutrição	4	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Obstetrícia	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Odontologia	32	—	1	—	1	1	1	1	3	1	—	1	4	1	1	1	7	2	1	5	—	—	—
Química Industrial	5	—	1	—	—	1	—	—	1	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Serviço Social	33	1	1	1	—	1	2	2	1	1	1	2	2	1	1	3	7	1	1	2	—	1	1
Silvicultura	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Sociologia e Política	5	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—
Teatro	3	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Veterinária	8	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	1	1	—	2	—	1	—	—	1	—	—	—
Zootecnia	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—

2. DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO AS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS

ESTADOS	TOTAL	DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS				DEPENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS	
		<i>federal</i>	<i>estadual</i>	<i>municipal</i>	<i>particular</i>	<i>universidade</i>	<i>isoladas</i>
BRASIL	618	213	84	21	300	345	273
Amazonas	7	1	—	—	6	5	2
Pará	16	15	1	—	—	14	2
Maranhão	7	2	—	—	5	4	3
Piauí	3	1	—	—	2	—	3
Ceará	18	10	2	—	6	16	2
Rio Grande do Norte	11	5	—	1	5	9	2
Paraíba	17	11	1	—	5	11	6
Pernambuco	31	17	1	—	13	23	8
Alagoas	7	6	—	—	1	6	1
Sergipe	6	1	2	—	3	—	6
Bahia	34	16	3	2	13	21	13
Minas Gerais	72	27	8	1	36	37	35
Espírito Santo	11	8	—	2	1	8	3
Rio de Janeiro	21	14	—	—	7	18	3
Guanabara	60	23	11	—	26	33	27
São Paulo	137	3	35	10	89	41	96
Paraná	35	11	15	—	9	17	18
Santa Catarina	12	7	1	1	3	8	4
Rio Grande do Sul	78	26	1	4	47	45	33
Mato Grosso	3	1	1	—	1	—	3
Goias	17	8	2	—	7	15	2
Distrito Federal	15	—	—	—	15	14	1

forum de opiniões

CFE aprovou: FFi da UFRJ terá 3 faculdades e 5 institutos

O Conselho Federal de Educação aprovou parecer de sua Câmara do Ensino Superior, desdobrando a atual Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em três Faculdades e cinco Institutos. Proposta inicial foi apresentada ao Conselho Universitário pelo Prof. José de Faria Góes Sobrinho, diretor da FFi, sendo submetida ao Ministério da Educação que a encaminhou ao Conselho Federal de Educação. Assinaram o parecer o presidente da Câmara do Ensino Superior, Prof. A. Almeida Júnior, o relator da matéria, Prof. Vandick Londres da Nóbrega, e os conselheiros Newton Sucupira, Alceu Amoroso Lima, Roberto Figueiredo Santos, José Barreto Filho, Flávio Suplicy de Lacerda e Valnir Chagas. O texto do parecer que tomou o número 529/66 é o seguinte na íntegra:

1 — O Senhor Ministro da Educação e Cultura, em Aviso nº 254, de 12 do corrente mês, submete à apreciação dêste Egrégio Conselho ofício do Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acompanhado da resolução do Conselho Universitário, que aprovou proposta de

desmembramento da Faculdade de Filosofia da referida Universidade. Acrescenta Sua Excelência que, em se tratando de matéria de alta significação para a vida universitária e atendendo a que a medida implica alteração nos Estatutos da Universidade submete o assunto à alta consideração deste Conselho.

2 — Consta do processo circunstanciado exposição do Diretor da Faculdade de Filosofia ao Magnífico Reitor, na qual foi, inicialmente, solicitado o desmembramento da Faculdade nas seguintes cinco unidades escolares:

a) Faculdade de Filosofia e Letras, que compreenderia as várias modalidades do Curso de Letras e os cursos de Filosofia, História, Geografia e Psicologia; b) Faculdade de Ciências, que compreenderia os cursos de Matemática, de Física, de Química, de História Natural, de Astronomia e de Meteorologia; c) Faculdade de Educação, que compreenderia os cursos de Pedagogia, de Orientação Educativa e o ensino das matérias de caráter pedagógico exigidas para o exercício do magistério; d) Escola de Sociologia e Política, que seria constituída dos cursos de Ciências Sociais a ela se associando o atual Instituto de Ciências Sociais; e) Escola de Jornalismo, que seria constituída de Curso de Jornalismo e respectivas modalidades e especializações.

Dentre outros motivos invocados para justificar o desmembramento solicitado assinala o Diretor da Faculdade, que esta é atualmente "um colegiado numeroso, de mais de 50 figurantes e que se ressentem da flagrante heterogeneidade de sua composição. Astrônomos, Físicos e Geneticistas examinam e aprovam programas de Filologia Romântica ou Literaturas Anglo-Germânicas e Neolatinas. E vice-versa, professores de História ou de Sociologia discutem e votam sobre questões de ensino e escolha de bancas examinadoras de concurso de Física Nuclear e Mecânica Celeste. À Faculdade, em razão do número de cursos que oferece, afluem aos milhares, anualmente, candidatos à matrícula, num total muito acima da capacidade de atendê-los, o que torna inconveniente a carga de tarefas que a todos — Diretores e funcionários — confunde e esmaga, limita e compromete a operação docente, entorpece a pesquisa, dificulta ou anula a convi-

vência — que deveria ser íntima e continuada — de mestres com seus discípulos; desestimula, desorienta, deseduca a massa de estudantes, que desbordam, decepcionados e insatisfeitos, para as calçadas e adjacências da Faculdade, de sede imprópria e inadequada, e são a prêsa fácil do diálogo aliciador do agente extremista, que espreita a inexperiência dos jovens e organiza o seu descontentamento, justificando sob tôdas as formas de protesto e de rebeldia".

O trecho que acima integralmente transcrevemos, quer pela sua objetividade, quer pelo grave depoimento nêle contido não somente justifica de forma cabal a Resolução aprovada, quanto à necessidade de se imprimir à Faculdade de Filosofia nova estrutura, mas também interessa a todos quantos têm uma parcela de responsabilidade na solução dos problemas no setor da educação, e, especialmente, do ensino superior.

A proposta do professor Faria Góes, diretor da Faculdade de Filosofia e membro do Conselho Universitário foi por este aprovada em sessão de 27 de julho pp.

3 — Posteriormente o assunto foi reexaminado pelo Egrégio Conselho Universitário da UFRJ que, preferiu fôsse o desmembramento em cinco unidades reduzido a três com a criação de institutos. De acôrdo com a nova solução as atribuições atualmente conferidas à Faculdade de Filosofia passarão a ser exercidas por três Faculdades e institutos, da seguinte forma:

A) — a) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, que compreenderá os cursos de Filosofia, de História, de Psicologia e de Ciências Sociais; b) Faculdade de Letras, que compreenderá as várias modalidades do Curso de Letras e o Curso de Jornalismo; c) Faculdade de Educação, que compreenderá os Cursos de Pedagogia, de Orientação Educativa e o ensino das matérias de caráter pedagógico exigidas para o exercício do magistério, a ela se subordinando o atual Colégio de Aplicação, bem como o Colégio Universitário.

B) — a) Instituto de Matemática; b) Instituto de Física; c) Instituto de Química; d) Instituto de Biologia; e) Instituto de Geociências.

Os cinco Institutos acima indicados terão os encargos da atual seção de Ciências da Faculdade de Filosofia nos setores de Matemática, de Química, de História Natural e de Geografia.

O desmembramento concedido nos termos, que acabamos de transcrever foi objeto de Resolução aprovada pelo Egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em sessão de 18 de agosto pp. É precisamente esta última Resolução, que o Senhor Ministro da Educação submete ao exame deste Conselho.

4 — Antes de examinarmos as medidas legais cabíveis para a concretização das providências solicitadas, julgamos oportuno emitir algumas considerações sobre a sua conveniência.

As palavras candentes contidas no relatório do Diretor da Faculdade de Filosofia, professor Faria Góes, demonstram a necessidade de ser dada ao problema solução urgente, sob pena de pesar sobre as autoridades que, chamadas a se pronunciar ou a agir, se omitirem a falta de corresponsáveis pelos erros apontados.

É, de fato, praticamente impossível adotar critérios homogêneos e adequados para solucionar problemas tão heterogêneos quanto os que constantemente aparecem ao estudo de uma Congregação nos moldes dessa da Faculdade de Filosofia.

Se procurarmos indagar como esse problema tem sido enfrentado e resolvido noutros países, concluiremos que o caminho é mesmo o indicado pelo Egrégio Conselho Universitário.

5 — Na França, por exemplo, as *Facultés des Sciences* são unidades autônomas, que funcionam separadas das *Facultés des Lettres et Sciences Humaines*. As Faculdades de Ciências proporcionam a realização de estudos científicos gerais (*diplôme d'études scientifiques générales* — D.E.S.G.) e estudos superiores técnicos (*diplôme d'études supérieures techniques* — D.E.S.T.) bem como a alta pesquisa através de cursos de *doctorat ès sciences*, que abrangem as ciências matemáticas, físicas e naturais. O decreto nº 61.441, de 5

de maio de 1961 do governo francês regulamentou a formação técnica superior nas Faculdades de Ciências e possibilitou o chamado doutorado de Estado aos estudantes que, tendo sólida formação científica geral, pretendam orientar-se para as aplicações da Ciência. Satisfeitas certas exigências, a esse doutorado têm acesso os engenheiros.

As Faculdades de Letras e Ciências Humanas permitem as licenças em letras tradicionais (*licences ès lettres traditionnelles*), diploma de estudos literários práticos (*diplômes d'études littéraires pratiques* — D.E.L.P.), licenças em letras especializadas (*licences ès lettres spécialisées* — D.E.L.P.), e doutorados literários e diplomas de estudos superiores de letras.

Além das Faculdades acima referidas, há várias escolas e institutos, como é o caso dos Institutos Nacionais de Ciências Aplicadas (I.N.S.A.).

O I.N.S.A. de Lyon, por exemplo, forma dois tipos de engenheiros: tecnologia geral e tecnologia aplicada. O I.N.S.A. de Toulouse permite, após dois anos de estudo, um diploma de estudos superiores técnicos D.E.S.T., que confere aos respectivos portadores exercer funções de assistentes de engenheiros ou prosseguir os estudos em Faculdades de Ciências a fim de obterem um diploma de licença em ciências aplicadas.

Num relatório intitulado "*Structure des Enseignements*" feito em 1964, sob a orientação do Laurent Capdecombe, *directeur général de l'Enseignement supérieur* foi dito que as grandes reformas que não se apoiam em resultados de longa e paciente preparação acarretam inevitavelmente, durante vários anos, não somente um apêlo considerável de providências suplementares, mas de profundas perturbações que diminuem a eficácia dos meios existentes.

No caso da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro essa preparação tem sido feita através de longa caminhada e à custa de sacrifícios e prejuízos, que devem terminar com as medidas propostas. As falhas, acumuladas, resultantes duma estrutura já repudiada por não corresponder à evolução de nosso ensino universi-

tário, tiveram, pelo menos, o mérito de apresentar às autoridades as providências ditadas pela paciente preparação de que nos fala o mencionado relatório sobre o ensino superior na França.

6 — Não é somente na França que as atribuições de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras se encontram desmembradas. Nas *Philosophische Fakultäten* concebidas nos moldes clássicos, verificamos que o inconveniente decorrente de cátedras sem a mais leve afinidade figurarem na mesma unidade universitária é atenuado com a proliferação de Institutos e Seminários, órgãos que, de fato, se incumbem de dar solução a todos os problemas relacionados com as disciplinas nêles integradas. No entanto, a tendência manifestada na organização das novas universidades da Alemanha é de não mais permitir que as Faculdades de Filosofia abranjam setores tão amplos e diversos da ciência e das letras. Exemplo típico é o da estrutura da *Ruhr-Universität Bochum*, que adotou o sistema de *Abteilungen*, que se encontram assim estruturadas:

- a) *Abteilung für Philosophie, Pädagogik, Psychologie*, que compreende a Filosofia, a Filosofia Escolástica e da idade média, Pedagogia, Psicologia, Psicologia Social. Integram esta unidade dois Institutos, sendo um de Pedagogia e outro de Psicologia, além dum Seminário de Filosofia.
- b) *Abteilung für Geschichtswissenschaft*, que compreende a História Antiga, História da Idade Média, História Moderna, História Social e Econômica, História da Arte. Três Institutos: Histórico, Arqueológico e de História da Arte.
- c) *Abteilung für Philologie*, que compreende a Filologia Clássica (grega e latina), Filologia Germânica, História da Literatura Moderna Alemã, Filologia Inglesa, Filologia Românica, Língua e Literatura Chinesa, Língua e Literatura Japonesa. Dois Institutos: Germanístico e Oriente-Asiático. Três Seminários: Filologia Clássica, Inglês, Línguas românticas.

- d) *Abteilung für Mathematik*, que compreende o estudo da matemática sob as mais amplas formas. Instituto de Matemática.
- e) *Abteilung für Physik*, que compreende a Física Experimental e Teórica. Dois institutos: o de Física Experimental e o de Física Teórica.
- f) *Abteilung für Geowissenschaften und Astronomie*, que compreende a Geografia e a Mineralogia. Dois Institutos: o de Geografia e o de Mineralogia.
- g) *Abteilung für Chemie*, que abrange a Química Orgânica e a Química Inorgânica. Dois Institutos: o de Química Inorgânica e o de Química Orgânica.
- h) *Abteilung für Biologie*, que abrange a Botânica Geral, Zoologia Geral, Psicologia e Química Fisiológica. Dois Institutos: Botânica Geral e Zoologia Geral.

7 — Está, portanto, sobejamente comprovado que a tendência hodierna consiste no sentido de desmembrar em unidades universitárias os grupos de disciplinas, que nenhuma afinidade apresentam e somente se encontravam sob a égide dum só órgão em obediência a uma tradição anacrônica.

Coube ao ilustre diretor da Faculdade de Filosofia o mérito de haver-se antecipado as providências, que pouco depois seriam, como foram, objeto de atenção do Poder Executivo, em mensagem remetida ao Congresso Nacional.

Seja-nos permitido acentuar que o simples atendimento das medidas legais propostas não afastarão os males, que afligem corpos docente e discente da atual Faculdade de Filosofia, se não forem proporcionados às novas unidades criadas os recursos mínimos e instalações indispensáveis à realização de seus respectivos programas. Estamos certos de que as autoridades competentes porão termo à deplorável situação a que chegou, por falta de recursos e instalações, um órgão de tão relevante importância para a cultura nacional como é, por todos os títulos, a Faculdade de Filosofia.

Os Institutos a serem criados nos termos da Resolução aprovada pelo Conselho Universitário darão à universidade campo propício para a execução de suas altas finalidades com economia para o ensino, pois será evitado o desperdício de encargos idênticos confiados a órgãos diversos. Na esfera de cada unidade, os respectivos regimentos deverão cogitar da criação de centros de estudos ou Seminários, também necessários para o aprimoramento do ensino e a pesquisa científica no setor mais restrito de cada disciplina ou grupo de disciplinas afins, especialmente para os cursos de pós-graduação.

Seria, contudo, de toda conveniência fiquem claramente definidas as atribuições dos institutos que, pelo espírito da nova organização, irão desempenhar atribuições que, em nossa sistemática, eram da competência duma Faculdade.

Feitas estas considerações, concluímos pela conveniência dos desmembramentos propostos e passaremos ao exame do aspecto legal.

8 — A solução pretendida não acarretará tão somente alteração do Estatuto da Universidade, porque a relação dos estabelecimentos e institutos científicos e de pesquisa da Universidade consta do decreto-lei 8.393, de 17-12-1945, que concedeu autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à outrora Universidade do Brasil. A própria organização da Faculdade de Filosofia foi objeto do decreto-lei 1.190, de 4-4-1939.

Por outro lado, o art. 77 da LDB assim dispõe:

“Nenhuma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras funcionará inicialmente com menos de quatro de seus cursos de bacharelado, que abrangerão obrigatoriamente as seções de (vetado) ciências e letras.”

É verdade que a norma contida no citado art. 77 visou a assegurar a obrigatoriedade de quatro cursos numa Faculdade de Filosofia, dos quais pelo menos um fôsse de ciências e outro de letras. A dificuldade de impor a obrigatoriedade de seção de Filosofia foi proclamada pelo Poder Executivo

nas razões do veto ao aludido art. 77, o qual foi mantido pelo Congresso.

A possibilidade de ser criada uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em que não haja curso de Filosofia, além da impropriedade de sua denominação reforça a interpretação de que será observada a exigência contida no art. 77 da LDB se uma universidade, como é o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pretender desmembrar os órgãos integrantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, desde que o número de cursos mantidos seja igual ou superior a quatro, incluindo-se obrigatoriamente neste número as seções de ciências e de letras. Como as novas unidades resultantes do desmembramento continuarão integradas na mesma universidade, caberá a esta zelar pelo cumprimento da norma do artigo 77.

Acresce porém que este Conselho já aprovou recentemente o Parecer nº 442/66, de que foi relator o douto Conselheiro Valmir Chagas, no qual foram estabelecidas normas sobre a organização das universidades federais. Temos conhecimento de que o trabalho aprovado por este Conselho foi remetido pelo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional e, como tudo indica, dentro de pouco tempo teremos a promulgação da lei, que disciplinará o assunto. Considerando a meticulosidade com que o assunto foi examinado, não acreditamos haja no Congresso modificações substanciais.

De acôrdo com o art. 4º do Projeto Governamental as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras integrantes das universidades serão desdobradas, em decorrência da nova estrutura que será dada às universidades brasileiras. Com o advento dessa lei, as modificações de estrutura desejadas pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro poderiam ser alcançadas apenas mediante ato do Poder Executivo.

Entretanto, somos de parecer que nada impede que se comece desde já a tomar as medidas administrativas que preparem a adoção do novo regimento e, neste sentido, o plano apresentado ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro merece todo o apoio deste Conselho.

noticiário

nôvo reitor da UFRJ

Em cerimônias simultâneas realizadas no Palácio da Cultura e no Palácio Universitário, dia 6, o Prof. Raimundo Moniz de Aragão transmitiu o cargo de Ministro da Educação e Cultura a seu chefe de gabinete, Ministro interino Prof. Guilherme Canedo de Magalhães, e assumiu o de Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ao empossar-se neste último cargo, disse o Prof. Raimundo Moniz de Aragão:

— A Universidade terá de sofrer para que possa assumir a forma ideal de saldar seus compromissos com o Brasil. A reforma universitária terá de ser feita e, creio, será necessário pedir o apoio da indiferença. Tenho por isto mesmo a noção exata das dificuldades do cargo que assumo. A Universidade é minha casa. Espero poder cumprir a minha missão e, se isto fôr possível, terei feito tudo quanto pudesse.

Ao despedir-se das funções de reitor, o Prof. Pedro Calmon fez um balanço de sua atuação, durante 18 anos, mencionando que a Cidade Universitária, pela qual tanto lutara abriga, atualmente, 4 mil universitários. Assegurou ter recebido sempre pleno apoio do Presidente da República que jamais feriu a autonomia da Universidade em seu período de Governo.

vice-reitor e decanos

Reunido pela primeira vez sob a presidência do Reitor Raimundo Moniz de Aragão, o Conselho Universitário elegeu, dia 13, vice-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

o Prof. Clementino Fraga Filho, por 26 votos. Na mesma sessão foram homologadas, por unanimidade, as indicações dos seguintes professores para comporem o Decanato da UFRJ:

Athos da Silveira Ramos — Pós Graduação e Pesquisa;
Luiz Pedro Baster Pilar — Administração e Orçamento;
Jorge Felipe Kafuri — Obras da Cidade Universitária e Reforma;
Paulo Emídio Barbosa — Atividades Escolares e Relações Estudantis.

volta ao MEC

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em sessão extraordinária, realizada no dia 18, aprovou por unanimidade resolução autorizando o Reitor Raimundo Moniz de Aragão a licenciar-se do cargo para reassumir o Ministério da Educação e Cultura.

A seguir, em solenidade presidida pelo Ministro interino da Educação e Cultura, Prof. Guilherme Canedo de Magalhães, o reitor passou a seu substituto legal, Prof. Clementino Fraga Filho, as funções de reitor, reassumindo logo depois as de titular da pasta da Educação e Cultura.

autonomia universitária

A Reitoria da Universidade Federal de São Paulo recebeu da União das Universidades da América Latina comunicado informando sua decisão de adotar e difundir a declaração sobre o significado da autonomia universitária, unanimemente aprovada pela Associação Internacional de Universidades, em sua última conferência realizada em Tóquio, com a participação de trezentas e cinco instituições universitária de todo o mundo.

É o seguinte o texto da declaração:

“1 — Quaisquer que sejam as formalidades para as nomeações, a Universidade deverá ter o direito de selecionar seu próprio corpo docente.

2 — A Universidade deverá responsabilizar-se pela seleção de seus estudantes.

3 — As universidades deverão responsabilizar-se pela organização dos currículos para cada curso e o estabelecimento dos níveis acadêmicos. Nos países em que os graus e os títulos para exercer uma profissão estejam regulamentados por lei, as universidades deverão participar, de maneira efetiva, da organização dos currículos e do estabelecimento dos níveis acadêmicos.

4 — Cada Universidade deverá ter o direito de tomar as decisões finais sobre os programas de pesquisas que nelas se realizam.

5 — A Universidade deve ter o direito, dentro de amplos limites, de distribuir seus recursos financeiros entre suas diversas atividades, como, por exemplo, espaço e equipamento, capital e inversões.

Subentende-se que, embora seja a liberdade necessária para o desenvolvimento das funções universitárias, tal autonomia exige senso de responsabilidade por parte de todos os setores universitários, tais como pessoal administrativo, professores e estudantes."

sociólogo

O Ministro Raimundo Moniz de Aragão disse à imprensa que o Governo encaminhará ao Congresso Nacional um novo projeto de lei regulamentando a profissão de sociólogo. Aconselhando aos estudantes voltarem ao caminho normal, abandonando o clima emocional existente, porque "não há causa justa que o Governo não possa resolver". Explicou que o veto do Presidente Castelo Branco ao projeto regulamentando a profissão de sociólogo, baseou-se no parecer emitido pelo Prof. Newton Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação.

O Ministro Nascimento Silva pronunciou-se sobre o assunto, afirmando ter sido ele examinado também pelo Mi-

nistério do Trabalho e Previdência Social, do qual é titular, além dos Ministérios do Planejamento e da Educação e Cultura, todos três acordes "em que realmente e nisso não há nenhum despreço à idéia de que a sociologia seja uma ciência de muita importância — não existe na sistemática do Serviço Público a profissão, o cargo, o encargo de sociólogo como funcionário público."

O objetivo da lei, afirmou, era tornar privativas dos sociólogos diplomados em escolas de sociologia as pesquisas sociológicas. Creio que na elaboração do projeto houve ainda um resquício do mito do bacharelismo. Não se nega a valia desses estudos; nega-se, isto sim, é que se constitua numa profissão autônoma dentro do Serviço Público a atividade de sociólogo e, principalmente, que se vede o estudo de levantamentos sociológicos aos não diplomados por Faculdades de Sociologia.

Já o Prof. Newton Sucupira, afirma que o veto presidencial baseado no parecer de sua lavra não induz a pensar que foram levados em consideração motivos de ordem política ou ideológica, nem teve efeito mortal para o desenvolvimento da sociologia e dos estudos sociológicos no Brasil, pois nova regulamentação poderá ser feita. O Prof. Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação, explicou que o parecer de sua autoria, "encarou apenas os aspectos técnico-educacionais do projeto, na forma como ele foi apresentado".

"Desde 1958, vem a CAPES realizando pesquisas junto a estabelecimentos de ensino superior, visando a obter informações pormenorizadas sobre candidatos a exames vestibulares, como idade, intervalo entre a conclusão do curso médio e a prestação do vestibular, exames vestibulares anteriores, frequência a cursos especiais de preparação para o vestibular e tipo de curso médio seguido, e, ainda, para averiguar o problema das inscrições múltiplas."

universitário

universitário

infiltrações espúrias no meio universitário

Em tom enérgico, o Presidente Castelo Branco, ao discursar, na cerimônia de lançamento oficial da Campanha Financeira da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, depois de receber do Reitor Pe. Laércio Dias de Moura, a Medalha do Mérito Cardeal Leme, homenagem do Conselho Universitário, pelos altos serviços prestados pelo seu Governo à educação, afirmou que "os jovens devem levar daqui o espírito bem brasileiro contra as infiltrações que desejam desnaturar aquilo que deve ser feito por nós, aquêlê espírito que deseja transformar a verdadeira colaboração estrangeira numa contradição imensa".

O Reitor da PUC afirmou em seu discurso que a instituição — a primeira Universidade católica fundada no Brasil — forma com outras universidades particulares e muitas escolas isoladas uma rede freqüentada por 40 % dos estudantes de nível superior. Reportando-se à expansão da PUC do Rio de Janeiro, lembrou "em 1941 contávamos com 94 alunos, matriculados em nossas Faculdades pioneiras, a de Direito e a de Filosofia; no ano passado recebemos 8.490 alunos, dos quais 2.938 em cursos de graduação, 580 em cursos de pós-graduação e 4.792 em cursos de extensão universitária."

— Senhor Presidente, disse o Pe. Laércio Dias de Moura, a visita de V. Exa. proporcionou-nos também ocasião de prestar dupla homenagem a quem na sua vida e no seu Governo tem mostrado tanto empenho e prestado altos serviços à causa da educação.

— V. Exa. foi ilustre diretor da Escola Superior de Guerra, esta instituição que, pelo valor de seu trabalho e pela elevação de seus ideais, já se consagrou como universidade nacional de brasilidade.

O Governo de V. Exa. tem demonstrado empenho pela causa da educação em seus diversos níveis, bastando citar duas medidas recentes de grande alcance para a educação superior: a lei que se prepara visando à reestruturação das universidades federais e o apoio dado ao Movimento Universitário pelo Desenvolvimento Econômico — MUDES que poderá prestar inestimáveis serviços aos estudantes.

Antes de usar da palavra o Presidente da República, falou, em nome dos Grandes Patronos da Campanha, entre os quais se encontram destacadas figuras do comércio e da indústria, o Gen. Edmundo de Macedo Soares, presidente da Confederação Nacional das Indústrias, ressaltando a importância do esforço, cujos resultados financeiros serão aplicados no término das instalações da PUC. Depois de memorizar fases de sua vida e da do Presidente, na Escola Militar, afirmou que a Universidade é a mãe do desenvolvimento, do qual o estudante é a base.

Fala o Presidente

O Presidente Castelo Branco falou de improviso. Calmo de início, tornou-se enérgico, quando citou a infiltração estrangeira contrária aos sentimentos e interesses nacionais.

— As palavras do Magnífico Reitor, disse, terminaram com a apresentação de um diploma em que se lê uma recompensa a serviços prestados à causa da Educação. O Magnífico Reitor, ao terminar e apresentar êste diploma, recordou que fui dedicado ao ensino na profissão que abracei e que, depois, como Presidente da República, tenho-me devotado ao setor da educação.

— A primeira recordação muito me enobrece, muito me engrandece mesmo, pois acredite, Magnífico Reitor, além de procurar estar em condições de aplicar a arte da guerra, eu procurava selecionar oficiais, formar Comandos, com o ensino ministrado de maneira inabalável tendo em vista o cumprimento de missão.

— Quanto ao segundo setor, isto muito me honra. Acredite, Reitor, minhas senhoras e meus senhores, que o

Governo atual tem, de maneira discreta, mas inabalável, procurado reforçar as condições de ensino no Brasil, às melhores condições. Não só do ponto-de-vista material, com as verbas concedidas, como também dando assistência, procurando resolver os problemas intrincados, a fim de que o setor do ensino, desembaraçado, possa ganhar novas condições aqui no Brasil.

— Sou muito reconhecido às duas recordações que o Magnífico Reitor me fez. A minha vinda à PUC, à Pontifícia Universidade Católica, não é simplesmente para fazer uma visita, percorrer compartimentos, verificar o desenvolvimento já aqui alcançado. Venho aqui trazer a minha solidariedade a este movimento de pessoas que acordam a Universidade a fim de que, com meios reforçados, melhor esse Instituto possa cumprir a sua grande missão. Sei que a Universidade já há mais de um quarto de século viveu a sua fundação, a sua implementação, e que agora está em plena expansão, e esta expansão é feita absolutamente conjugada com os objetivos de desenvolvimento do Brasil. Sei também que é árdua a missão do reitor e dos professores. Já que o Magnífico Reitor lembrou minha atuação antiga, que hoje constitui uma página virada com a minha aposentadoria militar, desejo recordar o estado de espírito nosso naquele tempo. Éramos alunos da Escola Militar, Macedo Soares e eu. A escola, se compararmos com o que hoje existe, particularmente nesta Universidade, tinha defeitos, era talvez até acanhada. Mas para a sua época procurava cumprir a sua missão.

— Macedo Soares e eu estudávamos num meio disciplinado e coeso. O ensino e a instrução eram árduos, até mesmo ásperos. Tínhamos a impressão de que os homens que nos instruíam e nos comandavam desejavam nos dar de qualquer maneira alguns traços da vida em campanha. Então nos ensinavam tudo. Mas ele e eu estamos aqui para trazer o testemunho. O notável é que, além do ensino e sobretudo daquele para manipular o material, os homens que nos ensinaram procuraram, inabalavelmente, tenazmente, nos dar o espírito para o cumprimento da missão.

— O que nós devíamos fazer lá fora não era só com os conhecimentos que eles nos ministravam. O espírito com que devíamos aplicar aqueles conhecimentos era a maneira com que nos ligavam à Casa onde nos ensinavam e nos projetavam no setor que iríamos, durante toda a vida, percorrer, tra-

balhar, ensinar, instruir e pelejar. E esse espírito, acentuou, até hoje dado por homens modestos — alguns já desaparecidos —, ainda se acha marcado na personalidade de Macedo Soares e todos os meus companheiros.

— Eu desejo é que a Pontifícia Universidade Católica, com sua expansão, pioneira na pesquisa, pioneira na estimativa social e científica, possa formar jovens, futuros brasileiros, para que eles possam desempenhar tarefas as mais variadas no Brasil, concorrendo para o seu desenvolvimento, para a sua integração e para a sua grandeza.

— Mas que levem daqui também o espírito brasileiro, e bem brasileiro contra as infiltrações que desejam desnaturar aquilo que deve ser feito por nós num paradoxo e numa contradição imensa. — Então, que os moços que daqui saiam levem no espírito a maneira melhor de cumprir a missão, isto é, aplicar seus conhecimentos em prol do desenvolvimento do Brasil e de sua grandeza.

recursos para o ensino superior

A Diretoria do Ensino Superior do MEC informou que já foram pagos, através de convênios, no corrente exercício financeiro, 2 bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil cruzeiros, às escolas superiores da faixa de ensino científico e tecnológico, colocadas na área de formação de técnicos prioritários, para as tarefas do desenvolvimento do País.

O Ministério da Educação e Cultura vem procurando incentivar os ramos do ensino universitário fornecendo-lhes recursos para ampliação das unidades escolares, aperfeiçoamento e treinamento do pessoal docente e aquisição de equipamentos modernos nos âmbitos da Física, Química, Biologia e disciplinas afins.

Por ordem decrescente, os auxílios pagos pelo MEC, através dos convênios da Diretoria do Ensino Superior, até primeiro de setembro último, são os seguintes: 1) *Medicina*: 1 bilhão, novecentos e setenta e cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros; 2) *Engenharia*: 1 bilhão e novecentos milhões de cruzeiros; 3) *Química*: 700 milhões de cruzeiros; 4) *Odon-tologia*: 300 e setenta e dois milhões e sessenta e cinco mil cruzeiros; 5) *Farmácia*: 350 milhões de cruzeiros. Além

disto, foi prevista uma dotação global de 420 milhões, quinhentos e cinqüenta e três mil, cento e cinqüenta e dois cruzeiros, a título "diversos", da qual já foi pago um total de 178 milhões, cento e cinqüenta e cinco mil cruzeiros.

O ensino privado superior no ano em curso foi beneficiado pelo MEC, com dotações da ordem de 8,5 bilhões de cruzeiros, atingindo onze Universidades Católicas e a Universidade de Mackenzie. Na Guanabara, a PUC foi arrolada com o total de 1 bilhão, setecentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e quarenta e três mil cruzeiros, dos quais 580 milhões a título "diversos"; 498 milhões em bôlsas através da CAPES; 100 milhões para o seu Instituto de Física; 10 milhões para o Departamento de Cardiologia; 50 milhões para o Curso de Engenharia de Operações; 7,5 milhões para a Faculdade Santa Úrsula; 4,5 milhões para a Escola Politécnica; 3 milhões para a Escola de Serviço Social e 2,5 milhões para a Faculdade de Filosofia.

Por outro lado a Diretoria do Ensino Superior iniciou o pagamento de mil quatrocentos e setenta e uma bôlsas de estudo e de manutenção a universitários de todo o País, em dez ramos de ensino, somando 700 e cinqüenta milhões de cruzeiros.

O Setor de Medicina foi o que mais bôlsas registrou, em um total de 416, das quais 155 foram para a região Centro-Leste, 152 para a região Sul e 109 para a região Norte-Nordeste. Em segundo lugar ficou o setor de Engenharia com 311 bôlsas, das quais 156 para o Centro-Leste, 129 para o Sul e 26 para o Norte-Nordeste.

O setor de Enfermagem foi o terceiro na ordem de ajuda, registrando 138 bôlsas, das quais 51 para o Norte-Nordeste, 47 para o Centro-Leste e 40 para o Sul; em quarto lugar, ficou Química, com 128 bôlsas, assim distribuídas: 77 para o Sul, 37 para o Centro-Leste e 14 para o Norte-Nordeste. O quinto pôsto ficou com as bôlsas de Agronomia, em número de 114, das quais 40 para o Norte-Nordeste, 47 para o Sul e 27 para o Centro-Leste. Na sexta colocação se situou o setor de Farmácia, com 101 bôlsas, das quais 36 para o Centro-Leste, 33 para o Sul e 28 para o Norte-Nordeste. Em sétimo lugar se localizou o setor de Odontologia com 85, das quais 45 para o Centro-Leste, 25 para o Norte-Nordeste e 15 para o Sul; em oitavo lugar, o setor de Veterinária teve 82 bôlsas, com 50 para o Sul e 32 para as demais regiões.

Em nono lugar, Filosofia grupou 62 bôlsas, das quais 28 para o Sul, 23 para o Centro-Leste e 11 para o Norte-Nordeste. Em décimo lugar, Geologia obteve 34 bôlsas, sendo 12 para o Sul, 12 para o Centro-Leste e 10 para o Norte-Nordeste.

curso de bioquímica geral

Sob os auspícios da Universidade Federal de Pernambuco e a cooperação do Projeto CAPES/Ford e do Conselho Nacional de Pesquisas, a Divisão de Química do Instituto de Bioquímica da Faculdade de Medicina realizará, em Recife, de 16 de janeiro a 15 de março de 1967, o II Curso de Bioquímica Geral, o qual constará de aulas teóricas, trabalhos de laboratórios, seminários e conferências, sendo tôdas as atividades em regime de tempo integral.

Ministrarão o curso, entre outros, os Profs. Manuel Mateus Ventura, do Instituto de Química da UFCE; Gilberto Vilela, do Instituto Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro; José Gurgel, do Instituto de Genética de Piracicaba, São Paulo; Luiz Accioly, da Faculdade de Medicina da UFPE; e José Otamar F. de Moraes, do Instituto de Química da UFPE. As inscrições estão abertas aos interessados que exerçam pesquisa e ensino em instituições brasileiras e nas dos demais países latino-americanos.

TV-U da UFPE alcançará 80 km

A Estação de TV Educativa da Universidade Federal de Pernambuco terá um alcance de 80 quilômetros, em sua primeira fase, atingindo Palmares, Gravatá e João Pessoa. Suas antenas estarão dirigidas para o norte, nordeste, oeste e sudeste. No primeiro plano de expansão, será colocado um repetidor para alcançar a cidade de Natal, pelo norte, e outro sudoeste, destinado a Maceió e Aracaju. A firma fornecedora do equipamento pretende entregar a estação funcionando em setembro de 1967. Contudo, o período experimental terá início em abril próximo. A TV-U funcionará 12 horas por dia: das 12 às 24 horas, dependendo a ampliação do programa, de convênios que venham a ser feitos com instituições interessadas. O objetivo da TV-U é estritamente cultural,

abrangendo o setor do ensino pròpriamente dito, nos seus níveis mais diferentes, além de um bem organizado departamento de notícias, informações e esportes. De início, a Universidade, em convênio com a BBC de Londres e a N.H.K. de Tóquio, levará aos receptores numerosos programas e cursos, filmados por êsses estúdios, no que se refere a arte-sanato, manutenção de aparelhos eletrônicos e educação agrícola.

O Ministério da Educação já está executando os filmes e "tapes" educativos, especialmente sôbre alfabetização. O artigo 99 é outro curso que será imediatamente instalado e difundido pela TV-U. Para tanto, logo de início, a Universidade instalará 500 telepostos para a recepção controlada dos cursos regulares ministrados.

situação sócio-econômica do estudante universitário

A Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, realizou em 1965, uma pesquisa sôbre "Caracterização Sócio-Econômica do Estudante Universitário".

A pesquisa abrangeu tôdas as escolas de ensino superior sediadas nas capitais dos Estados que contavam com o efetivo total de 4.000 ou mais estudantes matriculados. A importância de Brasília, quer como Capital da República, quer como sede da mais avançada universidade brasileira, explica a sua inclusão na amostra.

Os questionários foram aplicados nas 10 seguintes cidades: Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Niterói, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Pôrto Alegre e Brasília.

Damos abaixo um resumo das conclusões e sugestões apresentadas pela equipe incumbida da pesquisa.

- 1 — Os primeiranistas dos cursos universitários de graduação das dez cidades estudadas, em sua maioria, são do sexo masculino e solteiros; sua idade varia, a grosso modo, dos 18 anos aos 22 anos; são brasileiros, nasceram em zonas urbanas e são naturais do Estado sede da escola superior que freqüentam.

- 2 — De um modo geral, a família do primeiranista tem um pequeno número de membros e os universitários moram com os pais na própria cidade onde estudam. Os pais são brasileiros, sendo variado o seu nível de instrução, embora haja uma maioria com curso médio ou superior. Os irmãos dos estudantes têm, na maior parte das vêzes, nível de escolaridade compatível com o esperado para a respectiva idade cronológica.
- 3 — A maior parte dos estudantes freqüentam escolas diurnas, sendo raros os casos de primeiranistas que tenham tido experiência anterior em outros cursos universitários. Um pouco mais da metade dos alunos não entraram imediatamente no ensino superior após o término da escola média. A maioria freqüentou cursos vestibulares e foi aprovada no primeiro exame de ingresso à faculdade.
- 4 — No grupo doméstico do primeiranista, em média, apenas dois elementos têm renda ou salário. Os pais (genitor masculino) exercem ocupações de tipo médio ou superior, segundo a escala de B. Hutchinson, sendo raras as mães que se dedicam a atividades remuneradas. Os irmãos com 18 e mais anos têm ocupações de tipo médio: os irmãos menores, em geral, se dedicam unicamente ao estudo.
- 5 — A maioria dos primeiranistas não exerce atividade remunerada; os que trabalham se dedicam a ocupações do tipo médio, em emprêsas estatais ou particulares, sob regime de tempo parcial. Alegando necessidade econômica da família paterna, iniciaram o trabalho antes do ingresso à escola superior, embora em prazo igual ou inferior a cinco anos e utilizam o salário para custear parte das despesas individuais.
- 6 — Poucas são as famílias dos primeiranistas que não possuem bens; o tipo e número de propriedades é variado, encontrando-se com maior freqüência casas, apartamentos, sítios, terrenos e automóveis.
- 7 — A maior parte dos primeiranistas cursou tão somente escolas médias particulares, não se tendo beneficiado, neste período, de bôlsas de estudo.

No que se refere à utilização da pesquisa, tendo em vista uma possível reelaboração da política educacional universitária, três pontos nos parecem de suma importância:

1 — *Desigualdade de oportunidades educacionais*: Estas desigualdades existem na limitação dos ramos de ensino oferecidos em cada centro urbano, na desproporção entre as necessidades locais ou regionais e o número de vagas existentes nos estabelecimentos de ensino superior, como já foram apontadas em trabalho anterior e na restrição aos estudantes de baixo poder aquisitivo. Esta situação pode sugerir a necessidade de uma distribuição adequada de bolsas de estudo ao nível das escolas média e superior, evitando que se percam elementos capazes, mas, de situação econômica precária.

2 — *Reforma do ensino*: O atraso no ingresso à universidade, por suas conseqüências econômicas e sociais, avultando entre as mesmas o início tardio da atividade profissional, e a falta de entrosamento entre as escolas média e superior revelado pelas dificuldades do exame vestibular, demonstram, mais uma vez, a necessidade de reforma, quer da escola média quer da superior, ressaltando as deficiências das soluções até agora encontradas. A êste respeito devem ser mencionadas as críticas ultimamente feitas à criação da terceira série colegial anexa à faculdade, preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases.

3 — *Aproveitamento do trabalho estudantil*: Lembrando certas características da ocupação estudantil, ou seja, de que muitos alunos trabalham com o intuito de adquirir experiência para o exercício da profissão futura, que a atividade se exerce em tempo parcial e para órgãos governamentais (federal, estadual ou municipal), é possível sugerir o aproveitamento do trabalho estudantil dentro da própria universidade, o que permitiria conciliar os aspectos econômicos com os relativos à própria aprendizagem.

edafologia e biologia vegetal

Teve início no dia 21 de outubro, sob os auspícios da UNESCO, do Instituto de Cultura Hispânica e do Conselho Superior de Investigações Científicas, o IV Curso Internacional de Edafologia e Biologia Vegetal. O curso está sendo

realizado pelas Universidades de Sevilha e Granada (Espanha), tendo a duração de sete meses. Os temas concernentes ao seu programa são: Edafologia Geral; Sistemática e Cartografia dos solos (Sevilha). Fertilidade dos Solos e Nutrição Vegetal (Granada).

estudos sociológicos na UFRGS

Em 1963, foi criado na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul o "Centro de Estudos Sociais", instituição de caráter científico destinada a desenvolver as ciências e as pesquisas sociais, dando particular atenção à problemática brasileira. Entre os objetivos do Centro incluem-se, a formação de especialistas em pesquisas e em ciências sociais.

O Centro vem trabalhando ativamente, realizando várias pesquisas, organizando e patrocinando encontros entre especialistas nacionais e estrangeiros. Encontra-se, atualmente, em andamento um estudo sociológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e dos corpos sociais que a integram.

Já foram divulgados os estudos sobre: "A fluência ao vestibular, lotação da primeira série e matrícula na primeira série na UFRGS no período de 1950 a 1962", "Documentos para o estudo de imigração e colonização do Brasil" e "Um estudo sobre minifúndio em Santa Cruz do Sul".

escola superior de florestas

A Escola Superior de Florestas foi criada pelo Governo de Minas Gerais em fevereiro de 1964 e instalada em março do mesmo ano. Em fevereiro de 1965, com a reestruturação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, em Viçosa, passou a integrá-la, desenvolvendo a tríplice atividade de ensino, pesquisa e extensão, no campo da ciência florestal.

O ensino é de grau superior, sendo a duração do curso de 4 anos, divididos em duas etapas — uma de 2 anos, de preparo básico, e os últimos dois anos, de capacitação técnico-profissional. As cadeiras e disciplinas são ministradas em regime de período letivo semestral. A freqüência às aulas teóricas e práticas é obrigatória.

O currículo escolar prevê um total de 3.552 horas-aula, sendo 1.936 na parte básica e 1.616 na técnica e o aluno, antes de ingressar no 3º ano do curso, tem que participar, durante 8 a 10 dias de acampamento em florestas, no período de férias escolares; entre os 3º e 4º anos, estagiará, durante 20 dias, no mínimo, em emprêsas florestais. No último período letivo, é obrigado a participar ativamente de seminários e preparar uma monografia relacionada com uma questão florestal.

Atualmente conta a Escola com 34 professôres e 78 alunos assim distribuídos: 1º ano, 53 alunos; 2º ano, 12 alunos; 3º ano, 12 alunos, e 4º ano, 1 aluno. O plano de matrícula prevê um aumento crescente do número de vagas, na primeira série, até atingir, em 1970, 300 alunos nas suas quatro séries.

No setor da pesquisa, as atividades são conduzidas pela Estação de Pesquisas Florestais, em regime de convênio com o Departamento Nacional de Recursos Naturais Renováveis.

As atividades da Escola se realizam pelos Departamentos de: Silvicultura, Dendrologia, Conservação Florestal, Administração Florestal e Tecnologia dos produtos Florestais.

FONTE: Anais do II Simpósio Florestal de Minas Gerais.

"A CAPES procurará incentivar a implantação do regime de tempo integral para o pessoal de nível superior."

★ ★ ★

"A CAPES, dentro de seu programa de ação, estimulará a formação de Centros Nacionais de Treinamento Avançado."

aspectos internacionais da educação

grupo aeroespacial

Sob os auspícios do G-AES (Grupo Aeroespacial e Sistemas Eletrônicos) do Instituto de Engenheiros Eletrônicos, realizou-se este mês em Washington, no Sheraton Park Hotel, uma convenção sobre Aeroespaço e Sistemas Eletrônicos. A instituição promotora do conclave convida os cientistas e engenheiros brasileiros a participarem de suas atividades. Para melhores esclarecimentos queiram dirigir-se a:

Col. M. N. Abramovich, USAF, (Ret.)
Washington Technical Consultants
444 Washington Building
Washington, D. C. 20005

Os trabalhos recebidos são revistos por uma corporação de competentes especialistas, e aos autores dos melhores trabalhos são concedidos certificados profissionais e prêmios.

Não é necessário ser membro do Instituto ou do Grupo para obter publicação de trabalhos.

acôrdio brasil-argentina

O Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil firmou acôrdio de cooperação com o Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da Argentina, para intercâmbio de informações de pesquisas. O documento foi assinado pelos presidentes de ambas as organizações, Dr. Bernardo A. Houssay, da Argentina, e Prof. Antônio Moreira Couceiro, do Brasil.

assembléia da UNESCO

Instalou-se dia 21 na sede da UNESCO em Paris a XIV Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

O Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castello Branco designou a seguinte delegação para representar o Brasil: Chefe — Prof. Raimundo Moniz de Aragão, Ministro da Educação e Cultura; Delegados: — Embaixador Carlos Chagas (representante permanente do Brasil junto à UNESCO), Profs. Themístocles Brandão Cavalcanti, Aogar Renault, Luís Antônio da Gama e Silva, Péricles Madureira de Pinho; Delegados Suplentes: — Profs. José Barreto Filho, Otto Guilherme Bier, Carlos Corrêa Mascaro, Ministro Maria de Lourdes de Vincenzi, Pe. Laércio Dias de Moura; Secretário Geral: — Conselheiro Hélio Antônio Scarabôtolo; Conselheiro: — Prof. Renato Almeida; Assessôres: — Profs. Tarcísio Meirelles Padilha e Newton Velloso Cordeiro, Dr. Guilherme Figueiredo, Secretários René Haguénauer, Heloísa Vilhena de Araújo, Francisco Soares Alvim Neto.

o ensino na américa latina

Aumentou de 24 para 40 milhões, no último decênio, o número de alunos incorporados aos três níveis da educação na América Latina, com as taxas de crescimento propor-

cionais de 58 % para o primário, 110 % para o secundário e de 90 % para o superior. Para atingir êstes índices, foi preciso vencer obstáculos quase insuperáveis, pois em 1956 havia falta de pelo menos meio milhão de professores, escassez de escolas, mobiliário, material escolar e recursos orçamentários e, devido a dificuldades particulares, somente 25 % das crianças do primário conseguiram terminar os estudos.

Êstes dados são do relatório que a UNESCO acaba de distribuir sobre os resultados da Conferência de Ministros de Educação e Planejamento Econômico da América Latina e do Caribe, realizada de 21 a 26 de junho último em Buenos Aires. Nessa Conferência, chegou-se ainda à conclusão de que, para continuar de forma positiva o melhoramento e a expansão do ensino na região, será necessário atender aos seguintes requisitos: 1) melhoramento do ensino a fim de adaptá-lo às necessidades econômicas e sociais da coletividade; 2) maior aplicação da ciência e da tecnologia do desenvolvimento; 3) transformação de várias estruturas sociais, especialmente a reforma agrária, segundo recomendação dos especialistas reunidos em Caracas (Venezuela), para preparar os programas de alfabetização do Continente.

“A Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação e Cultura, tem como finalidade básica orientar e executar as atividades relacionadas com o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.”

atos oficiais

legislação

Lei nº 5 139, de 14-10-66 — Cria, na Universidade Federal de Goiás, a Escola de Agronomia e Veterinária (D. O. 18-10-66).

Lei nº 5 151, de 20-10-66 — Inclui a Faculdade de Economia São Luís, na cidade de São Paulo, entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados na forma do disposto na Lei nº 1 254, de 4-12-50 (D. O. 24-10-66).

Lei nº 5 152, de 21-10-66 — Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão (D. O. 24-10-66).

Dec. nº 59 313, de 28-9-66 — Modifica a denominação da Faculdade de Farmácia da UFRN para Faculdade de Farmácia e Bioquímica da mesma Universidade (D. O. 4-10-66).

Dec. nº 59 353, de 4-10-66 — Institui, no MEC, a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) e revoga o Dec. nº 58 653-66 (D. O. 5-10-66).

Dec. nº 59 381, de 12-10-66 — Concede reconhecimento à Faculdade de Medicina de Pelotas (D. O. 18-10-66).

Dec. nº 59 386, de 13-10-66 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Direito do Oeste de Minas, em Divinópolis (D. O. 19-10-66).

Dec. nº 59 388, de 13-10-66 — Altera o Dec. nº 39 687, de 7-8-56, que criou o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (D. O. 19-10-66).

Dec. nº 59 389, de 13-10-66 — Aprova o Regimento do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (D. O. 19-10-66).

Dec. nº 59 392, de 13-10-66 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Direito Rio dos Sinos, de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul (D. O. 20-10-66).

Dec. nº 59 406, de 21-10-66 — Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Direito de Pinhal, no Estado de São Paulo (D. O. 27-10-66).

Dec. nº 59 434, de 27-10-66 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Engenharia de Belo Horizonte (D. O. 4-11-66).

diretores

Foi nomeado diretor:

— da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Pará, o Prof. José Marcelino Cardoso Pingarilho;

— da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, o Prof. Néelson da Costa Carvalho.

“De acôrdo com o programa de suas atividades, a CAPES atribui caráter prioritário à prestação de assistência técnica e financeira às Universidades, Escolas Superiores Isoladas e Institutos Científicos e Culturais.”

